

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (23/06/2026 A 01/07/2026)

MINERAÇÃO

- **Diretor-Geral da ANM é investigado por esquema de mineração ilegal**

Polícia Federal realiza inquérito para apurar esquema de mineração ilegal em Minas Gerais

A Polícia Federal indiciou o diretor-geral da ANM, Mauro Henrique Sousa, no âmbito de um inquérito que apura um suposto esquema de mineração ilegal em Minas Gerais. A investigação, vinculada à Operação Parours, apurou indícios de favorecimento a empresários do setor por meio da atuação do dirigente em processos administrativos da agência. Segundo a Polícia Federal, documentos, mensagens e registros de ligações indicariam uma relação próxima entre Sousa e um dos empresários investigados.

De acordo com o relatório da Polícia Federal, o grupo investigado teria se valido do acesso ao diretor-geral da ANM para obter vantagens relacionadas à atividade minerária, incluindo a obtenção de autorizações e licenças fraudulentas. Em nota, a ANM informou que ainda não foi oficialmente comunicada sobre o relatório final da investigação e afirmou permanecer à disposição das autoridades competentes para prestar os esclarecimentos e as informações que vierem a ser solicitados no curso das apurações.

Fonte: [Link](#)

- **Líderes da mineração sustentam no 27º Congresso Mundial de Mineração que o mundo precisará mais de cobre do que consegue produzir**

Os especialistas do setor alertam que para preencher a lacuna de oferta de cobre é necessário a colaboração entre governos, empresas e financiadores

Durante o 27º Congresso Mundial de Mineração, realizado em Lima, especialistas dos setores de mineração, reciclagem e investimentos alertaram para a necessidade de ampliar significativamente a oferta global de cobre a fim de atender à crescente demanda impulsionada pela transição energética, pela eletrificação da economia e pela expansão dos data centers.

Segundo estimativas apresentadas no evento, a demanda pelo metal deverá crescer cerca de 50% entre 2025 e 2040, exigindo a produção de aproximadamente 6 milhões de toneladas adicionais de cobre refinado até 2035. Os participantes ressaltaram, contudo, que somente a mineração não será suficiente para suprir essa necessidade, tornando a reciclagem uma estratégia essencial para garantir o abastecimento.

Neste sentido, os debatedores também destacaram que a superação desse desafio dependerá da combinação de diferentes iniciativas, como a expansão de minas em operação, o desenvolvimento de novos projetos, a adoção de tecnologias inovadoras e o fortalecimento da economia circular. Executivos do setor defenderam, ainda, uma maior articulação entre governos, empresas e investidores para reduzir entraves regulatórios, agilizar processos de licenciamento e ampliar os investimentos em inovação e reciclagem.

Fonte: [Link](#)

- **Aclara desenvolve carbonato de terras raras com 99% de pureza**

Novo produto será incorporado aos projetos da empresa no Brasil e no Chile para ampliar o valor agregado da produção sem aumento relevante de custos

A Aclara Resources anunciou o desenvolvimento do Super Carbonato de Terras Raras de Alta Pureza (SPREC), um produto intermediário com aproximadamente 99% de concentração de terras raras, significativamente superior ao Carbonato Misto de Terras Raras (MREC), que apresenta teor de cerca de 40%. Desenvolvido na planta-piloto da companhia em Santiago, no Chile, o SPREC deverá ser incorporado ao Projeto Carina, no Brasil, e ao Módulo Penco, no Chile. Segundo a companhia, a tecnologia combina extração por solventes com seu processo patenteado Circular Mineral Harvesting (CMH), permitindo maior pureza e confiabilidade na etapa de separação dos óxidos de terras raras.

De acordo com a Aclara, a adoção do SPREC não deverá acarretar impactos relevantes nos investimentos ou nos custos operacionais, haja vista que entre os principais benefícios apontados, estão a eliminação de impurezas, o aumento da concentração de terras raras pesadas, a redução dos custos logísticos em razão da comercialização de um produto de maior valor agregado e a possibilidade de processamento conjunto da produção dos projetos brasileiro e chileno. A companhia informou, ainda, que os testes em escala piloto continuarão sendo realizados em

Santiago e que a expectativa é tornar o SPREC o padrão de produção intermediária de seus empreendimentos quando estes entrarem em operação comercial.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP divulga dados da evolução do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil em 2025**

As seções se dividem em Indústria Nacional do Petróleo e Gás Natural; Comercialização; Biocombustíveis; Licitação de Blocos; e Resoluções da ANP

A ANP publicou o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2026, reunindo os principais indicadores do setor referentes ao ano de 2025. Entre os destaques, a produção nacional de petróleo cresceu 12%, alcançando a média de 3,8 milhões de barris por dia, dos quais aproximadamente 80% foram provenientes do pré-sal. A produção de gás natural registrou crescimento de 16,7%, atingindo 179,2 milhões de m³ por dia, enquanto as reservas totais aumentaram 1,5% e as reservas provadas, 5%. No mesmo período, a ANP promoveu dois ciclos da Oferta Permanente, que arrecadaram, em conjunto, cerca de R\$ 1,09 bilhão em bônus de assinatura.

Já no segmento de combustíveis, a produção de biodiesel aumentou 8,7%, ao passo que a de etanol recuou 2,8%, reflexo da redução nas vendas de etanol hidratado, parcialmente compensada pelo crescimento da produção de etanol anidro após o aumento do percentual de mistura obrigatória na gasolina C. A produção nacional de derivados de petróleo apresentou queda de 1,4%, embora as vendas realizadas pelas distribuidoras tenham crescido 3,1%, com destaque para o querosene de aviação. O anuário também registra que os investimentos obrigatórios em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) totalizaram R\$ 4,3 bilhões, enquanto as participações governamentais geradas pelo setor alcançaram R\$ 100,4 bilhões em 2025.

Fonte: [Link](#)

- **ANP conclui distribuição de royalties a estados e municípios**

O montante total de royalties da produção de abril de 2026 destinados aos municípios, estados e União foi de R\$ 8,91 bilhões

A ANP concluiu, em 29 de junho, a distribuição dos royalties referentes à produção de abril de 2026 oriundos dos contratos de concessão, cessão onerosa e partilha de produção. Ao todo, foram distribuídos R\$ 8,91 bilhões, dos quais R\$ 3,02 bilhões foram destinados a 945 municípios e R\$ 2,35 bilhões a 10 estados, de forma que o montante remanescente foi repassado à União e ao Fundo Especial, conforme os critérios previstos na legislação.

A Agência é responsável pelo cálculo, apuração e distribuição dos royalties aos entes beneficiários, seguindo os critérios estabelecidos nas Leis nº 7.990/1989 e nº 9.478/1997 e seus respectivos decretos regulamentadores. A ANP informou, ainda, que os valores detalhados por beneficiário, incluindo o histórico dos repasses, permanecem disponíveis em sua página oficial sobre royalties, enquanto os dados referentes ao mês corrente seguem em fase de consolidação.

Fonte: [Link](#)

- **Proposta de cobrança no Estreito de Ormuz reacende debate sobre fluxo global de petróleo**

Omã e Irã discutem modelo de cobrança para navios que utilizam a principal rota de exportação de petróleo do Golfo, enquanto EUA defendem a retomada da livre navegação

Omã e Irã avançam nas negociações para implementar um modelo de cobrança para embarcações que utilizam o Estreito de Ormuz, rota estratégica por onde é escoada grande parte do petróleo e do gás produzidos no Golfo Pérsico. Nesse contexto, Omã apresentou aos Estados Unidos e a outros aliados ocidentais uma proposta para instituir taxas de serviço, ao passo que autoridades iranianas defendem a obrigatoriedade da cobrança.

Os Estados Unidos, por sua vez, se opõem à monetização da rota e defendem o restabelecimento do regime de livre navegação vigente antes do conflito. Um acordo-quadro firmado entre os dois países garantiu a livre passagem de embarcações, sem cobrança de taxas, por um período de 60 dias, prazo durante o qual Irã e Omã deverão negociar um novo modelo de administração do estreito. Além disso, a proposta também desperta preocupação entre países do Golfo, que dependem do Estreito de Ormuz para exportar petróleo e gás.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **O Reajuste da energia elétrica eleva custos do agronegócio em diferentes estados**

Tarifas aprovadas pela ANEEL para 2026 variam entre 3% e quase 23% e pressionam atividades rurais intensivas em consumo de energia

Os reajustes nas tarifas de energia elétrica aprovados pela ANEEL para 2026 devem aumentar os custos de produção do agronegócio em diversos estados. Os aumentos para consumidores rurais atendidos em baixa tensão variam de pouco mais de 3% a quase 23%, impactando atividades como irrigação, armazenagem de grãos, avicultura, suinocultura, pecuária leiteira, piscicultura e agroindústrias. Ainda, no Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) classificou como "abusivo" o reajuste de 20,51% aplicado à Copel e anunciou mobilização para tentar reverter a decisão.

Além do Paraná, produtores rurais de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia também serão afetados pelos reajustes aprovados pela ANEEL. Segundo a agência, os aumentos refletem fatores como elevação dos encargos setoriais, custos de transmissão, compra de energia e componentes financeiros do setor elétrico. Contudo, entidades do agronegócio afirmam que a alta das tarifas agrava os custos de produção em um contexto de recorrentes problemas no fornecimento de energia elétrica, enquanto a ANEEL destaca que parte significativa dos valores arrecadados é destinada ao financiamento de políticas públicas e ao custeio do sistema elétrico nacional.

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL rescinde contratos da Gold Comercializadora por inadimplência**

Agência também aplicou R\$ 5,8 milhões em multas à empresa por descumprimento de contratos com distribuidoras e cooperativas

A diretoria da ANEEL aprovou a rescisão dos Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado (CCEARs) e dos Contratos Bilaterais Regulados (CBRs) firmados entre distribuidoras e a Gold Comercializadora de Energia Ltda., em razão da inadimplência contratual da empresa. A ANEEL também determinou a aplicação de R\$ 5,8 milhões em multas pela rescisão

antecipada de contratos com as cooperativas Coopernorte e Cedrap sem a devida autorização prévia da agência. As demais penalidades contratuais relativas aos CCEARs e aos contratos do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) serão calculadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segundo a área técnica da ANEEL, a rescisão busca preservar a segurança jurídica, a continuidade do suprimento e o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. A Gold Comercializadora venceu leilões de Energia Existente em 2022 e 2023, celebrando contratos para fornecer 232 MW médios de energia durante 2025 e 2026. A partir de meados de 2025, distribuidoras passaram a comunicar à agência o descumprimento dos contratos pela empresa, que teve sua autorização revogada no mesmo ano e está em recuperação judicial desde fevereiro de 2026.

Fonte: [Link](#)

- **A Usina Termelétrica Azulão inicia operação em teste no Amazonas**

Empreendimento de R\$ 781 milhões reforçará a segurança energética da região Norte e integra o Complexo Termelétrico Azulão, previsto para atingir 964 MW de capacidade instalada

A Usina Termelétrica (UTE) Azulão, localizada no município de Silves (AM), iniciou sua operação em teste, marcando mais uma etapa da expansão da capacidade de geração de energia elétrica na região Norte e do reforço à segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN). Com investimento de R\$ 781 milhões, a usina possui capacidade instalada de 361,5 MW, utiliza gás natural proveniente do Campo de Azulão e tem previsão de entrar em operação comercial em agosto de 2026. Durante sua implantação, o empreendimento gerou mais de 4 mil empregos diretos e indiretos.

Integrante da carteira de investimentos do Novo PAC, o complexo deverá atingir capacidade instalada de 964 MW até julho de 2027, ampliando a oferta de geração despachável na região Norte e contribuindo para a confiabilidade e a estabilidade do sistema elétrico. A conexão ao Sistema Interligado Nacional será realizada por meio de um sistema de transmissão compartilhado com a UTE Azulão II, interligado à Subestação Silves 500/138 kV.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME destaca avanços para ampliar oferta e competitividade do gás natural**

Em evento do setor, ministério ressaltou medidas para ampliar a concorrência, fortalecer a segurança energética e impulsionar a reindustrialização do país.

O Ministério de Minas e Energia (MME) apresentou os avanços das políticas públicas voltadas ao mercado de gás natural durante o evento "**Cheio de Gás**", promovido pelo *Brazil Journal*, em São Paulo. Na ocasião, o Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis destacou as principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do programa **Gás para Empregar**, entre elas a modernização do marco regulatório, o fortalecimento da atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a ampliação da oferta de gás da União e o estímulo à concorrência no setor.

Durante o evento, o MME reforçou que o desenvolvimento do mercado de gás natural é estratégico para aumentar a competitividade da economia, fortalecer a segurança energética e contribuir para a reindustrialização do país. Também foram destacadas iniciativas voltadas à integração energética regional, ao aproveitamento do potencial do biometano e à expansão da infraestrutura, com o objetivo de ampliar a oferta de gás, garantir maior previsibilidade aos investimentos e apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

Fonte: [Link](#)

- **Brasil regulamenta padrões mínimos de eficiência para lâmpadas e luminárias LED**

Nova norma prevê economia de energia até 2040, incentiva a modernização do mercado de iluminação e estabelece período de transição para adequação dos produtos.

O Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética (CGIEE), presidido pelo MME, publicou a primeira regulamentação nacional que estabelece índices mínimos de eficiência energética para lâmpadas e luminárias com tecnologia LED. Segundo estimativas técnicas, a medida poderá gerar uma economia acumulada entre 283 e 432 TWh até 2040, volume suficiente para abastecer cerca de 14 milhões de residências no período. A iniciativa busca promover o uso

racional de energia, modernizar o mercado de iluminação e ampliar a oferta de produtos mais eficientes.

A regulamentação prevê um período de transição para adequação do mercado, permitindo a comercialização dos produtos que não atendam aos novos índices por até três anos na primeira etapa e cinco anos na segunda. De acordo com o MME, a medida fortalece a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, reduz o consumo de eletricidade, estimula a inovação tecnológica e contribui para a segurança energética e para a redução dos impactos da expansão da demanda sobre o sistema elétrico.

Fonte: [Link](#)

- **MME reafirma a soberania brasileira sobre seus minerais estratégicos**

*Minerais críticos e terras raras podem ser fonte de inovação, geração de empregos e
impulsão da industrialização*

O ministro de Minas e Energia afirmou que o Brasil não abrirá mão da soberania sobre seus minerais críticos e estratégicos durante participação no evento CNN Talks, “A Nova Era da Mineração”, realizado em São Paulo. Segundo o ministro, a crescente demanda global por minerais essenciais à transição energética, à indústria de alta tecnologia e à inteligência artificial representa uma oportunidade para que o país amplie sua inserção nas cadeias globais de valor, reduzindo a dependência da exportação de matérias-primas. Ressaltou, ainda, que o Brasil concentra cerca de 25% das reservas conhecidas de terras raras e defendeu que esses recursos sejam utilizados para fomentar a industrialização, a inovação tecnológica e a geração de empregos.

Durante o evento, o ministro destacou que a política mineral brasileira deve estar orientada pela soberania nacional, pela agregação de valor à produção mineral e pelo fortalecimento da indústria nacional. Como exemplo, mencionou a necessidade de ampliar a industrialização do cobre, considerado um insumo estratégico para a transição energética. Alexandre Silveira também ressaltou a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), responsável por coordenar ações voltadas ao fortalecimento da segurança jurídica, da competitividade e da industrialização dos minerais críticos. Por fim, observou que apenas cerca de 30% do território

brasileiro possui mapeamento geológico, o que evidencia o potencial para ampliar o conhecimento sobre os recursos minerais e expandir a produção no país.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito